



DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DE PERNAMBUCO

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 011/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO E A APESU ENSINO SUPERIOR DE PERNAMBUCO LTDA, MANTENEDORA DO INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE OLINDA (IESO), PARA VIABILIZAR A EXECUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMA DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO DE GRADUAÇÃO E DE PÓS-GRADUAÇÃO, BEM COMO DE ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO.

Por este instrumento, a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, pessoa jurídica de direito público, entidade da Administração Pública Estadual, sediada na Rua Marques do Amorim, Nº 127, Boa Vista, Recife, Pernambuco, inscrita no CNPJ sob o nº 02.899.512/0001-67, neste ato, representada pelo **Defensor Público-Geral, o Sr. Dr. HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS**, Defensor Público, inscrito no CPF/MF sob o nº ***.053.664-**, domiciliado nesta capital, e pelo **1º Subdefensor Público-Geral Institucional e Administrativo, Sr. Dr. GABRIEL GONÇALVES LEITE**, Defensor Público, inscrito no CPF/MF sob o nº ***.436.164-**, designados, respectivamente, pelas portarias nº 3387 do Governo do Estado de Pernambuco e da nº 095/2025, da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, doravante denominada simplesmente **PARTÍCIPE**, e, do outro lado, a **APESU ENSINO SUPERIOR DE PERNAMBUCO LTDA**, CNPJ/MF sob o nº 11.870.359/0001-36, com sede na Avenida Paulista, nº 900, 10º andar, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01310-100, mantenedora da **INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE OLINDA (IESO)**, neste ato, representado pelo seu representante legal, o senhor **RUBENS THIAGO SANTOS ARAÚJO**, inscrito no CPF sob o nº ***.750.341-**, portador do documento de identidade civil RG nº ***.341, expedida pela SSP/PE, nos termos da Portaria nº 354 do Ministério de Estado da Educação, de 05 de maio de 2016, com domicílio na Avenida Ministro Marcos Freire, nº 2855, bairro de Casa Caiada, Olinda/PE, daqui por diante designada simplesmente **PARTÍCIPE**, em decorrência do Processo SEI nº 2500000021.004547/2025-13, mediante as cláusulas e condições que seguem:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. O presente instrumento tem por objeto estabelecer vínculo entre a **Defensoria do Estado de Pernambuco e a Instituto de Ensino Superior de Olinda (IESO)**, credenciada pelo Ministério da Educação, com o fim de proporcionar aos alunos regularmente matriculados, a oportunidade de serem incluídos no **Programa de Estágio Curricular Obrigatório, de Graduação e os de Pós-Graduação, bem como de Estágio Curricular Não Obrigatório, tanto os alunos de graduação quanto os de Pós Graduação.**

2. CLÁUSULA SEGUNDA - LEGISLAÇÃO.

O estágio obedecerá às disposições da Lei Federal 11.788, de 25/9/2008 (Lei do Estágio).

Os estágios só poderão ter início após toda documentação regularizada, Termo de Cooperação Técnica devidamente assinado e seguro contra acidentes pessoais contratado, não será reconhecido nenhum vínculo sem essas formalizações diligenciadas.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO.

A participação no programa de estágio não gerará vínculo empregatício de qualquer natureza com a

Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS VAGAS PARA O ESTÁGIO.

As vagas serão preenchidas, conforme a necessidade da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, de acordo com o controle interno da Central de Estágios, nas diversas modalidades de estágio.

5. CLÁUSULA QUINTA - ESPECIFICAÇÕES.

Os estagiários deverão exercer as atividades exclusiva e presencialmente nos Núcleos Temáticos da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

In casu, em se tratando de ensino superior, **a carga horária não deverá ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais**, nos termos da Lei Nº 11.788/08.

Na modalidade de estágio que seja voluntário, a carga horária será de, no mínimo, **08 (oito) horas semanais, sendo divididas em dois turnos de 4 (quatro) horas semanais.**

6. CLÁUSULA SEXTA - DA FORMALIZAÇÃO E DA RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO.

A concessão do estágio formalizar-se-á mediante Termo de Compromisso de Estágio a ser firmado entre a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, o **ESTAGIÁRIO** e a **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**.

O Termo de Compromisso poderá ser rescindido:

I - automaticamente, ao término do prazo de vigência do Termo de Compromisso de Estágio;

II - por abandono das aulas ou frequência irregular;

III - por interrupção do respectivo curso;

IV - por conclusão do respectivo curso;

V - na hipótese de transferência de Instituição de Ensino ou curso;

VI - a pedido do estagiário;

VII - por interesse e conveniência da Defensoria;

VIII - por descumprimento, pelo estagiário ou pela Defensoria, de qualquer cláusula do Termo de Compromisso de Estágio;

IX - por conduta incompatível com as normas internas da Defensoria.

§1º - A Defensoria deverá comunicar para Instituição de Ensino Superior - IES sobre os desligamentos ocorridos.

§2º - A IES comunicará à Defensoria sobre a ocorrência das hipóteses dos incisos II, III, IV e V supracitados, a fim de serem tomadas as medidas cabíveis.

O estagiário receberá diretamente da Defensoria, enquanto perdurar o estágio não obrigatório, a importância acordada, concedida a título de bolsa, ou outra forma de contraprestação, conforme especificado no Termo de Compromisso de Estágio, além de auxílio transporte.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.

São obrigações da **Instituição de Ensino** em relação aos estágios de seus educandos:

I - avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

II - indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

III - exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 06 (seis) meses, de relatório das atividades;

IV - zelar pelo cumprimento do termo de compromisso;

V - elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

VI - indicar as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade de formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar, elaborando plano de atividades do estagiário a ser apresentado ao supervisor do estágio; e

VII - comunicar à DEFENSORIA PÚBLICA, por escrito:

a) qualquer ocorrência que implique o desligamento do estagiário;

b) no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas; e

c) a natureza do estágio, se obrigatório ou não obrigatório;

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

São atribuições da **Defensoria Pública do Estado de Pernambuco**:

I - proporcionar à Instituição de Ensino, sempre que necessário, os subsídios que possibilitem o acompanhamento, a supervisão e a avaliação do estágio;

II - celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

III - ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

IV - indicar membros ou servidores de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar os estagiários simultaneamente;

V - por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI - manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII - enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário;

VIII - adequar o horário de tal forma que não redunde em prejuízos para as atividades acadêmicas do estudante;

IX - reconhecer, para os fins exclusivos do presente instrumento e legislação pertinente à matéria, que os espaços físicos da Defensoria Pública, onde serão desenvolvidos os estágios, constituem uma extensão do campus desta faculdade;

X - Recrutar, pré-selecionar e encaminhar os estagiários para seus núcleos;

XI - Realizar capacitação do(s) estagiário(s) que ingressar(em) no Programa de Estágios da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO ESTAGIÁRIO.

No desenvolvimento do estágio ora compromissado, caberá ao **Estagiário**:

I - Cumprir com todo o empenho e interesse a programação estabelecida para seu estágio;

II - Cumprir os horários estipulados no presente contrato, comparecendo nos dias, ora determinados;

III - Observar as diretrizes e/ou normas internas da DEFENSORIA e os seus dispositivos legais aplicáveis ao estágio;

IV - Comunicar à instituição de ensino qualquer fato relevante sobre seu estágio;

V - Elaborar e entregar à Defensoria, para posterior análise da instituição de ensino, relatório sobre o estágio, na forma estabelecida por esta última.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA E RESCISÃO.

A presente Cooperação Técnica vigorará por **60 (Sessenta) meses**, contados a partir da data de sua última assinatura eletrônica, podendo ser rescindido, de comum acordo entre as partes ou unilateralmente, por qualquer delas, mediante simples comunicação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

O encerramento antecipado desta Cooperação Técnica não prejudicará os estágios já iniciados.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS.

Os PARTÍCIPIES obrigam-se a manter sob o mais estrito sigilo os dados e informações considerados protegidos por sigilo legal e cuja restrição de acesso esteja prevista nos termos da Lei n.º 12.527/11 e da Lei n.º 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção dos Dados Pessoais (LGPD), eventualmente compartilhados, vedada a sua comunicação a terceiros, seja direta ou indiretamente, sob pena de responsabilização por violação de sigilo legal, conforme normais aplicáveis.

O dever de sigilo e confidencialidade, descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a INSTITUIÇÃO DE ENSINO e a INSTITUIÇÃO CONCEDENTE, bem como, entre seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei n.º 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GESTÃO.

Os atos necessários à efetiva execução da presente Cooperação Técnica serão praticados por intermédio dos representantes dos partícipes ou pessoas regularmente indicadas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO.

Fica eleita a Justiça Estadual de Pernambuco, por suas varas da Fazenda Estadual em Recife, como competente para dirimir quaisquer questões provenientes deste instrumento, eventualmente não resolvida no âmbito administrativo.

E, por estarem assim, justas e acordadas, as partes firmam o presente Termo para que produza seus

jurídicos e legais efeitos.

Recife, data da assinatura eletrônica.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PARTÍCIPE

HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS

DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PARTÍCIPE

GABRIEL GONÇALVES LEITE

1º SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL INSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PARTÍCIPE

ALEXANDRE ALBUQUERQUE GUIMARÃES

EMITENTE/TESTEMUNHA

APESU ENSINO SUPERIOR DE PERNAMBUCO LTDA - MANTEDORA

INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE OLINDA (IESO)

PARTÍCIPE

RUBENS THIAGO SANTOS ARAÚJO

REPRESENTANTE LEGAL



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Thiago Santos Araújo**, em 03/12/2025, às 12:03, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Albuquerque Guimarães**, em 03/12/2025, às 13:47, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Goncalves Leite**, em 03/12/2025, às 14:31, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **77276144** e o código CRC **C9A305F3**.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Av. Manoel Borba, 640 - Bairro Boa Vista, Recife/PE - CEP 50070-000, Telefone:



Diário Oficial

Defensoria Pública do Estado de Pernambuco

Edição Extraordinária

Ano III • Nº 10

Diário Eletrônico

Recife, quinta-feira, 4 de dezembro de 2025

DEFENSORIA PÚBLICA

Defensor Público-Geral: **Henrique Costa da Veiga Seixas**

O Defensor Público-Geral do Estado, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 124/2008, Lei Complementar Estadual nº 20/98 e Lei Complementar Estadual nº 499/2022, com as alterações decorrentes da Emenda Constitucional nº 80/2014, **RESOLVE**:

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL

PORTARIA Nº 1386/2025

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 20, de 09 de dezembro de 1998, e demais disposições legais aplicáveis, **CONSIDERANDO** a competência da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco para promover a gestão patrimonial dos bens móveis pertencentes à Instituição; **CONSIDERANDO** a possibilidade legal de doação de bens móveis inservíveis a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, na forma do artigo 17, inciso II, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO os termos dos instrumentos de doação ou convênios celebrados, nos quais restou formalizada a destinação de bens móveis da Defensoria Pública a instituições previamente cadastradas, com finalidade pública e interesse social;

RESOLVE

Art. 1º - DOAR, com fundamento nos normativos mencionados, o seguinte veículo automotor pertencente ao patrimônio da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco:

I – Veículo FIAT/DOBLO ESSENCE 1.8, Placa: PD5079, Chassi: 9BD11960SG1130913;

Art. 2º - O veículo especificado no artigo anterior será destinado à seguinte instituição:

I – Associação Grupo das Mães da Amizade dos Torções (CNPJ 02.323.300/0001-70);

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(SEI 2500000017.002815/2025-13)

Defensoria Pública-Geral, em 04 de dezembro de 2025

HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS

Defensor Público-Geral

Licitações, Contratos, Convênios e Compras

EXTRATO DE CONTRATOS

Contrato nº 120/2025 – Adesão nº 006/2025 à Ata de Registro de Preços nº 150/2024 - Pregão Eletrônico nº 053/2024 - Processo Licitatório nº 1501566000000053/2024, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG/IG, com a TIM S/A – CNPJ/MF sob o nº 02.421.421/0001-11, que tem como objeto contratação do Serviço Móvel Pessoal – SMP, linhas móveis, com comodato de aparelhos celulares e modem, para atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

Vigência: 28 de novembro de 2025 até 27 de maio de 2026.

Dotação Orçamentária: 00127.14.122.0939.4355.2749.0500000000.3.3.90.40.

Nº e Data de Empenho: 2025NE000826, de 11 de novembro de 2025

Local e Data de Assinatura: Recife, 28 de novembro de 2025.

Contrato nº 125/2025 – Processo Licitatório nº 065/2025, Dispensa de Licitação nº 022/2025, com BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS, CNPJ/MF sob o nº 28.196.889/0001-43, que tem como objeto a contratação de seguro de acidentes pessoais em favor dos estagiários da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco – DPPE.

Vigência: 1º de dezembro de 2025 até 30 de novembro de 2026.

Dotação Orçamentária: 00127.14.122.0939.4355.0000.0500000000.3.3.90.39

Nº e Data de Empenho: 2025NE000862, de 25 de novembro de 2025.

Local e Data de Assinatura: Recife, 2 de dezembro de 2025.

Contrato nº 126/2025 – Adesão nº 007/2025 à Ata de Registro de Preços nº 045/2025, decorrente Processo Licitatório nº 133/2025, Pregão Eletrônico nº 90010/2025, cujo o órgão proponente é o CREMERIS – Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul, com a PERFIL COMPUTACIONAL LTDA, CNPJ/MF sob o nº 02.543.216/0001-09, que tem como objeto a aquisição de 20 (vinte) unidades de notebooks de alta performance, novos, de primeiro uso e sem vícios, acompanhados de suas respectivas garantias e suporte técnico integral do fabricante.

Vigência: 25 de novembro de 2025 até 24 de novembro de 2026.

Dotação Orçamentária: 00127.14.122.0939.1919.0000.0500000000.4.4.90.52.

Nº e Data de Empenho: 2025NE000865, de 25 de novembro de 2025.

Dotação Orçamentária: 00127.14.122.0939.1919.EMHX.0500000000.4.4.90.52

Nº e Data de Empenho: 2025NE000866, de 25 de novembro de 2025.

Dotação Orçamentária: 00127.14.122.0939.1919.ENPN.0500000000.4.4.90.52.

Nº e Data de Empenho: 2025NE000867, de 25 de novembro de 2025.

Dotação Orçamentária: 00127.14.122.0939.1919.EMHX.0500000000.4.4.90.52.

Nº e Data de Empenho: 2025NE000868, de 25 de novembro de 2025.

Local e Data de Assinatura: Recife, 27 de novembro de 2025.

Contrato nº 128/2025 – Processo Licitatório nº 060/2025, Pregão Eletrônico nº 025/2025, com a VALDOMIR HENRIQUE PAES BARRETO, CNPJ/MF sob o nº 02.782.453/0001-42, que tem como objeto o fornecimento, sob demanda, dos itens integrantes do Lote 03, do do Processo Licitatório nº 060/2025, Pregão Eletrônico nº 025/2025, relativo à prestação de serviços de confecção, manutenção e reposição de carimbos, chaves, fechaduras e cadeados para atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

Vigência: 26 de novembro de 2025 até 25 de novembro de 2026.

Dotação Orçamentária: 00127.14.122.0939.4355.0000.0500000000.3.3.90.30

Nº e Data de Empenho: 2025NE000870, de 26 de novembro de 2025.

Local e Data de Assinatura: Recife, 27 de novembro de 2025.

Contrato nº 130/2025 – Processo Licitatório nº 066/2025, Pregão Eletrônico nº 028/2025/2025, com GM COMÉRCIO LTDA, CNPJ/MF sob o nº 50.547.931/0001/02, que tem como objeto a aquisição do piso vinílico, para atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

Vigência: 27 de novembro de 2025 até 26 de novembro de 2026.

Dotação Orçamentária: 00127.14.122.0939.4355.0000.0500000000.3.3.90.30.

Nº e Data de Empenho: 2025NE000873, de 27 de novembro de 2025.

Local e Data de Assinatura: Recife, 2 de dezembro de 2025.

Contrato nº 130/2025 – Processo Licitatório nº 068/2025, Dispensa de Licitação nº 023/2025, com ORTOPRATICA INDÚSTRIAS E COMÉRCIO LTDA., CNPJ/MF sob o nº 61.148.037/0001-56, que tem como objeto a aquisição de 03 (três) unidades de Desfibriladores Externos Automáticos – DEA, destinados ao uso emergencial nas dependências da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

Vigência: 2 de dezembro de 2025 até 1º de dezembro de 2026.

Dotação Orçamentária: 00127.14.122.0939.1919.0000.0500000000.4.4.90.52

Nº e Data de Empenho: 2025NE000899, de 02 de dezembro de 2025.

Local e Data de Assinatura: Recife, 3 de dezembro de 2025.

EXTRATO DE COOPERAÇÕES TÉCNICAS, CONVÊNIOS E AFINS

Acordo de Cooperação Técnica Nº 011/2025, firmado entre a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, inscrita no CNPJ sob o nº 02.899.512/0001-67, e a APEUS ENSINO SUPERIOR DE PERNAMBUCO LTDA, mantenedora do INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE OLINDA (IESO), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.070.359/0001-36, que tem por objeto estabelecer vínculo entre a Defensoria do Estado de Pernambuco e o Instituto de Ensino Superior de Olinda (IESO), credenciado pelo Ministério da Educação, com o fim de proporcionar aos alunos regularmente matriculados, a oportunidade de serem incluídos no Programa de Estágio Curricular Obrigatório, bem como de Estágio Curricular Não Obrigatório, tanto os alunos de graduação quanto os de Pós Graduação.

Vigência: 03 de dezembro de 2025 até 2 de dezembro de 2030.

Dotação Orçamentária: A contratação não envolve despesa.

Local e Data de Assinatura: Recife, 3 de dezembro de 2025.

Recife, em 04 de dezembro de 2025

HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS

Defensor Público-Geral

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Pelo presente termo, autorizo o Processo nº 71/2025, Inexigibilidade nº 18/2025, fundamentada no inciso V do Art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, referente à Locação do imóvel situado à Rua Manoel Alves de Moura, nº 05, Cabaceira, Surubim/PE, destinado ao funcionamento do núcleo desta Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, por não ter vislumbrado nenhum erro no presente processo, por fazendo o valor global anual de R\$ 40.598,52 (quarenta mil, quinhentos e noventa e oito reais e cinquenta e dois centavos), a pessoa jurídica JH PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº: 18.092.640/0001-34, (SEI 2500000021.002507/2025-29)

Recife, em 04 de dezembro de 2025

HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS

Defensor Público-Geral



DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DE PERNAMBUCO

Para informações sobre como ser
atendido, acesse nosso site:



DPPE - Site



DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DE PERNAMBUCO

DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
Henrique Costa da Veiga Seixas

1º SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL INSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Gabriel Gonçalves Leite

2º SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL JURÍDICA

Dandy de Carvalho Soares Pessoa

COORDENADOR-GERAL

Manoel Jerônimo de Melo Neto

COORDENADOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Joaquim Fernandes Pereira da Silva

CHEFE DE GABINETE
João Duque Correia Lima Neto

SECRETÁRIA DE GABINETE

Fátima Maria Alcântara do Amaral Meira

SUBDEFENSOR CÍVEL E CRIMINAL DO INTERIOR

Rafael Bento de Lima Neto

SUBDEFENSOR DE CAUSAS COLETIVAS

Rafael Alcantara Domingues

SUBDEFENSOR CÍVEL DA CAPITAL

José Fabrício Silva de Lima

SUBDEFENSOR CRIMINAL DA CAPITAL

José Wilker Rodrigues Neves

SUBDEFENSOR CÍVEL E CRIMINAL DA REGIÃO METROPOLITANA

José Inácio Gonçalves Cavalcanti Júnior

SUBDEFENSORIA DE EXECUÇÃO PENAL

Márcia Tenório Cardoso

SUBDEFENSORIA DE RECURSOS CÍVEIS E CRIMINAIS

Elizabete Aguiar da Fonseca

SUBDEFENSORIA DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO

Jeovana Camen de Melo Colaço

Coordenadora da Unidade de Recursos Humanos

Ana Karla Vandenberg Cavalcanti Perez

Ouvizora-Geral

Liliana Maria Cabral de Barros

ASSESSORA DE IMPRENSA

Dany Amorim

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
DE PERNAMBUCO

Endereço: Avenida Manoel Botba, nº 640,

bairro: Boa Vista, Recife-PE - CEP 50.070-045

Contato: (81) 994883026

e-mail: ascomdppe@defensoria.pe.gov.br

Instagram: @defensoriape

Facebook: Defensoria Pública do Estado de Pernambuco

Twitter: DefensoriaPE

www.defensoria.pe.def.br

CERTIFICADO DIGITALMENTE

Documento assinado digitalmente por:



HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS

041.053.664-40

2025-12-04T08:38:12.706312